

Orçamento de 93 não inclui isonomia e dívida dos 147%

BRASÍLIA — O orçamento federal para 1993, enviado ontem pelo Executivo ao Congresso Nacional, não prevê recursos para a isonomia dos servidores públicos nem para o pagamento aos aposentados da diferença dos 147% que ficou acumulada antes da decisão final da Justiça. É um exemplo de que a ilusória quantia de Cr\$ 538,2 trilhões (a preços de abril passado), prevista para as receitas e despesas do setor público federal no próximo ano, esconde o risco de paralisação da máquina pública, como avalia o Diretor do Departamento de Orçamento da União (DOU), Paulo Fontenelle.

"É absolutamente necessária a reforma fiscal, pois o orçamento aponta para o colapso da administração federal, incluindo os órgãos do Legislativo e Judiciário, que não terão condições materiais para operar", diz Fontenelle.

Em relação ao orçamento deste ano, a proposta para 1993 prevê um corte de 22% nos gastos, exceto nos ministérios da Saúde e Educação, que têm receitas vinculadas. Se o Congresso não aprovar medidas que aumentem a receita ou reduzam a despesa, o governo teria que cortar outros gastos dos ministérios. Com isto, o corte de 22% sobre os ministérios sem receita vinculada paralisaria áreas como manutenção de estradas, investimento agrícola e fomento industrial.

O aperto no orçamento é tão grande, que nem os Ciacs escaparam dos cortes. Ao invés das 1.100 unidades previstas para 1993, o coordenador do programa, secretário Carlos Garcia, terá que se contentar com 400 unidades, que consumirão Cr\$ 1,362 trilhão, apenas 10% a mais que o Cr\$ 1,192 trilhão de 1992.

O secretário nacional de Planejamento, Pedro Parente, alerta ainda que o orçamento embute um déficit primário (receitas menos despesas, inclusive de juros) equivalente a 0,7% do Produto Interno Bruto (PIB). Este desequilíbrio, equivalente a Cr\$ 12 trilhões, ocorre pela primeira vez desde 1989, e compromete o acordo com o FMI.

A origem da crise está na queda da arrecadação de impostos, que não pode ser compensada com o corte de despesas. Espera-se uma queda de 13% (Cr\$ 3,6 trilhões) na arrecadação do imposto de renda. Esta queda não se deve à recessão, pois o Ministério da Economia prevê um crescimento de 3% no PIB em 93, mas é causada pelas mudanças na legislação tributária, que abriram brechas às empresas para fugir ao fisco. Com este quadro, as receitas ordinárias do Tesouro (não vinculadas) sofreram uma queda de 7% em relação às de 1992, que por sua vez já estão abaixo das do ano passado.

Brasília — Jamil Bittar



Marcílio com Benevides: corte de 22% nos gastos